

A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital

Osmiriz Lima Feitosa

Universidade Estadual de Roraima (UERR) – Rorainópolis, Roraima, Brasil.
e-mail: osmirizlima@bol.com.br

Selma Suely Baçal de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil.
e-mail: selmabaca@ufam.edu.br

Resumo

O artigo discute sobre o processo histórico da questão agrária no Brasil, abordando a política agrária como processo de consolidação do capitalismo no campo, partindo do pressuposto econômico como determinação da dominação política e social. O objetivo é analisar os elementos que desencadearam a constituição das políticas agrárias na Amazônia brasileira, alinhadas ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas na plataforma neoliberal para manutenção da estrutura do capitalismo no campo. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico no viés do materialismo histórico com teóricos que discutem a política de reforma agrária e o capitalismo, além do uso de dados estatísticos secundários. Os resultados evidenciam que o processo histórico agrário se consolidou nas bases do capitalismo dependente atendendo aos interesses do grande capital, fatores que contribuíram para sustentação da estrutura fundiária na Amazônia, cujo destaque é a concentração de terras, a exploração e a dominação.

Palavras-chaves: Política pública; reforma agrária; Estado; capitalismo.

The logic of land reform in the Brazilian Amazon: a public policy to meet capital demands

Abstract

This article addresses the historical process of the land issue in Brazil, approaching land policy as a process of consolidation of capitalism in rural areas, based on the economic assumption as a determination of political and social domination. The aim is to analyze the elements that triggered the constitution of land policies in the Brazilian Amazon, aligned with the capitalist production method and the market-assisted land reform, based on public policies guided by the neoliberal agenda for maintaining the structure of capitalism in rural areas. The bibliographic method was employed from the point of view of historical materialism with theorists who discuss land reform policy and capitalism, and secondary statistical data was also used. The results show that the historical land process was consolidated on the basis of dependent capitalism, meeting the interests of big business, factors that contributed to sustain the land structure in the Amazon, the highlight of which is the concentration of land, exploitation and domination.

Keywords: Public policy; land reform; State; capitalism.

La lógica de la reforma agraria en la Amazonía brasileña: una política pública para servir a la capital

Resumen

El artículo discute el proceso histórico de la cuestión agraria en Brasil, abordando la política agraria como un proceso de consolidación del capitalismo en el campo, basado en el supuesto económico como una determinación de la dominación política y social. El objetivo es analizar los elementos que desencadenaron la constitución de políticas agrarias en la Amazonía brasileña, alineadas con el modo de producción capitalista y la reforma del mercado agrario, basadas en políticas públicas basadas en la plataforma neoliberal para mantener la estructura del capitalismo en el campo. La metodología utilizada es de naturaleza bibliográfica desde el punto de vista del materialismo histórico con los teóricos que discuten la política de reforma agraria y el capitalismo, además del uso de datos estadísticos secundarios. Los resultados muestran que el proceso agrario histórico se consolidó sobre la base del capitalismo dependiente, atendiendo a los intereses del gran capital, factores que contribuyeron a sostener la estructura de la tierra en la Amazonía, cuyo punto culminante es la concentración de la tierra, la explotación y la dominación.

Palabras-clave: Política pública; reforma agraria; Estado; capitalismo.

Introdução

A análise proposta tem como ponto de partida discutir sobre a reforma agrária no Brasil, em particular na Amazônia brasileira, uma vez que, o estudo deriva da tese de doutoramento, em andamento, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, que investiga a política de reforma agrária como ação intencional da elite burguesa na manutenção da estrutura latifundiária e na consolidação do capitalismo no campo. O objetivo do artigo é analisar os elementos que desencadearam a constituição das políticas agrárias na Amazônia, alinhadas ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas na plataforma neoliberal para manutenção da estrutura do capitalismo no campo.

Discutir na atualidade a reforma agrária na Amazônia representa um desafio, não somente em detrimento da complexidade do eixo temático, que está atrelado aos fatores políticos, sociais e econômicos envolvendo os diversos problemas agrários, mas pelo caráter ideológico que forjou a democracia no Brasil, visto que, a precariedade vivenciada pelos sujeitos do campo é revelada na realidade concreta dos assentamentos rurais de reforma agrária, em contradição ao avanço de empresas capitalistas nos rincões da Amazônia. Expor essa reflexão crítica com o olhar do materialismo histórico sobre a democracia liberal burguesa dirigida pela estrutura do capital e a realidade do tecido socioeconômico do campo dominado pelo capitalismo, exige que possamos compreender as raízes sociológicas, históricas e ideológicas que alicerçaram as origens da sociedade brasileira ligada às características agrárias.

Nessa concepção, Martins (2000) expõe que a história brasileira se constituiu de forma eminentemente agrária, pois em vários acontecimentos históricos a questão agrária era evidenciada como processo de disputa, contradição e luta pela garantia da propriedade da terra, deixando claro que as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas na história brasileira estão fortemente atreladas ao capitalismo agrário.

A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico, fundamentada em autores de corrente marxista, apresentando um pensamento sociológico de relevo sobre a consolidação das bases do capitalismo agrário brasileiro, sustentado teoricamente em quatro autores. O primeiro é José de Souza Martins (2000) no seu livro *“Reforma Agrária: O impossível diálogo”* defendendo a afirmativa que a reforma agrária brasileira foi protagonizada pelas elites agrárias e pelo Estado que estão fortemente ligados ao capitalismo no campo; o segundo é Caio Prado Júnior (2000) no livro *“A questão agrária no Brasil”* ao sustentar que a sociedade brasileira foi forjada no escravismo que alicerçou a estrutura do capitalismo agromercantil; o terceiro é Octavio Ianni (2004), ao abordar no livro *“As origens agrárias do Estado Brasileiro”* que os eventos históricos da sociedade brasileira foram marcados pelas dimensões agrárias capitalistas forjando a estrutura do tecido social rural no Brasil; o quarto é Ariovaldo de Oliveira (2007) por meio do livro *“Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária”* que faz uma análise crítica da relação intrínseca entre reforma agrária e o modo de produção capitalista, apoiado na afirmativa que a agricultura está sob o domínio do capital. Utilizamos também a pesquisa de caráter documental com dados estatísticos de fontes secundárias sobre a questão agrária com base nos órgãos governamentais e institucionais, bem como, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Censo Agropecuário e a Comissão Pastoral da Terra - CPT, corroborando na sustentação da tese do artigo.

Optamos em tecer algumas reflexões da política agrária, considerando os fatores sociais, políticos e econômicos relacionados à terra como modo de produção, isto é, sua gênese é representada pela propriedade agrária como desenvolvimento do capitalismo no campo por meio da exploração da força de trabalho, pois “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros” (MARX, 2017, p. 830). Frente a essa realidade, exige-se um conjunto de políticas públicas direcionadas às populações rurais para superação das condições de superexploração no campo, ou seja, aos inúmeros problemas sobre posse e distribuição de propriedades de terras, produção agrícola, força de trabalho, concentração latifundiária, à negação dos direitos sociais do campo, repressão à identidade campesina e acumulação de riquezas, todos esses fatores estão entrelaçados ao modo de produção capitalista alinhado à burguesia latifundiária para atender às demandas do mercado (PRADO JÚNIOR, 2000; IANNI, 2004a, 2004b; MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2007).

O estudo analisa a relação intrínseca que existe entre capitalismo e reforma agrária, considerando as afirmativas de Prado Júnior (2000), Ianni (2004), Martins (2000) e Oliveira (2007), pois ambos estão interligados de forma histórica e política através da ação do Estado com políticas públicas agrárias para Amazônia, visto que “a reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural do capital resolver a questão social advinda da concentração de terras” (OLIVEIRA, 2007, p. 37), mas na realidade, a lógica é o aprofundamento da concentração de terras, expansão de empresas privadas e mais exploração da força de trabalho. Ou seja, uma reforma agrária popular é a contradição da estrutura agrária capitalista.

Diante disso, defendemos a tese que a reforma agrária foi capturada pelo capital e transformada em política de mercado. Portanto, as políticas públicas para reforma agrária desenvolvidas na Amazônia seguem a mesma lógica, funcionando como estratégia de arrefecimento das tensões sociais nos assentamentos rurais, manutenção do capitalismo agrário, ampliação da concentração de terras e fortalecimento da estrutura fundiária para expansão do capital.

Reforma agrária na Amazônia: uma política pública para atender ao mercado

O debate sobre a reforma agrária no Brasil corresponde em si uma contradição como política pública por meio dos seus diferentes atores, pois, por um lado, a reforma agrária representa a garantia do acesso dos trabalhadores sem terras à propriedade, a redução da pobreza no campo, as condições para produção de alimentos na pequena propriedade e o direito à vida digna no campo, enquanto por outro, o Estado representa mecanismo institucional gerenciador das políticas públicas, seja nos aspectos legais ou práticos na organização de ações efetivas para viabilidade dos assentamentos rurais das famílias do campo. Eis aqui a contradição afirmada pela corrente marxista, por compreender o Estado como instrumento de dominação criado para manter o *status quo*, simbolizando em sua essência o poder da classe dominante e o aparelho ideológico a serviço do capital, pois:

Cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um progresso político correspondente [...] desde o estabelecimento da grande indústria e o mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva do Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX E ENGELS, 2008, p. 25).

Portanto, se o Estado emerge na garantia do direito à propriedade privada, logo tem por função a repressão e a opressão como forma de sua manutenção, pois como afirmava Marx (2017, p.830) “a propriedade privada, como antítese da propriedade social e coletiva”.

Essa contradição simboliza a luta histórica dos sujeitos do campo despossuídos dos meios de produção e do capital ao enfrentamento do Estado, considerando que por vias legais ele é o promotor das políticas públicas para o campo, uma vez que, suas ações estão atreladas ao modelo de produção capitalista e à grande burguesia latifundiária. Nesse sentido, pensar o modelo de reforma agrária que o país precisa com o debate sobre a distribuição de terras, garantia de financiamento para produção agrícola aos pequenos produtores rurais, condições de acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação e transporte) perpassa primeiro pela discussão efetiva dos movimentos sociais populares do campo e a construção de uma política pública nacional para o campo que caminha de encontro aos interesses monopolistas do latifúndio e do agronegócio. Essa é a grande ilusão, pois, o gerenciador de políticas públicas é o próprio Estado, e:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LENIN, 2017, p. 9).

Ainda nesse sentido, Mészáros (2011) expõe de forma clara que o Estado nasce da própria exigência do capital em assegurar e proteger a produtividade do sistema, pois:

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação coercitiva puder ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

A assertiva revela o papel do Estado diante do sistema capitalista, logo mostra a contradição das políticas públicas frente ao próprio Estado, uma vez que, sua função é regulamentar e legitimar o capital no sistema produtivo. O debate da reforma agrária apresenta como discussão materialista, histórica e dialética, na medida em que envolve a necessidade da compreensão da totalidade da realidade, interpretação dos fenômenos sociais e a luta de classes. Ora, se o Estado é o provedor da política pública para reforma agrária no atendimento às necessidades sociais básicas dos trabalhadores rurais e camponeses, logo ele representa também de forma legítima, a expansão do capital e a manutenção dos interesses capitalistas. Essa lógica representa uma contradição entre dois extremos, o que evidencia de forma clara que a reforma agrária pensada a partir de um projeto dos atores políticos do Estado se traduz sem efetividade, pois na prática não busca promover qualquer ruptura da estrutura social agrária, mas sim, em garantir o *status quo*.

Afirmamos que a ação do Estado ao propor políticas agrárias encontra-se, ideologicamente travestida no viés de mercado para atender às demandas do capitalismo na

forma de superação de crises. Portanto, propõe compreender a relação entre a crise estrutural do capital e a reforma agrária de mercado como política de Estado, ao considerar que:

Nos primeiros anos da década de 1990, por razões econômicas e políticas, a reestruturação capitalista neoliberal parecia não ter limites. A economia mundial vivia uma nova onda de expansão financeira. Com a implosão do chamado socialismo real, a transição para o capitalismo ocorria na ex-União Soviética e no leste europeu sem qualquer gradualismo. No oriente Médio, a Guerra do golfo mostrava, entre outras coisas, que a “abertura dos mercados e a vitória da democracia” seriam cobradas, inclusive militarmente, pelos Estados Unidos. Na América latina, essa reestruturação ocorria com ainda mais força, impulsionada pelo novo bloco de poder que surgia do manejo da crise da dívida externa e das políticas de liberalização. Em poucos anos, uma série de governos eleitos passaram a se comprometer firmemente com a implementação neoliberal. Por outro lado, os planos de integração econômica subordinada da região à economia norte-americana caminhavam a passos acelerados, a começar pelo Tratado Norte Americano de Livre Comércio – NAFTA¹, iniciado em janeiro de 1994. Àquela altura, exceto Cuba, todos os governos da região estavam alinhados à plataforma neoliberal (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 14).

Nessa conjuntura, Sauer e Pereira (2006) mostra que o Brasil também está na lógica do modelo neoliberal e do capital, as políticas de Estado para reforma agrária seguem um modelo para atender ao mercado e as políticas públicas para o campo também se encontram alinhadas ao Banco Mundial, com normas e regras adotadas que não visam resolver as questões sobre o quadro de pobreza, dominação, concentração fundiária e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas potencializar o modelo agrícola dominante de grandes empresas agropecuárias e do agronegócio, ou seja, a agricultura camponesa está sob o domínio do modo de produção capitalista e sua lógica de contradição (OLIVEIRA, 2007). Isto é, uma política reformista caricaturada e travestida de política pública democratizante propondo mudanças macropolíticas e macroeconômicas para o meio rural, mas que na verdade representa em termos práticos, a capacidade de reprodução, acumulação e alienação dos trabalhadores do campo, pois “a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim produto do capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 37), contribuindo para despolitização dos movimentos camponeses e desconstituição do proletário rural, perpetuando o domínio do capital sobre a agricultura (MARTINS, 2000; IANNI, 2004a; PRADO JÚNIOR, 2000; OLIVEIRA, 2007).

Verificamos essa realidade no governo Fernando Collor (1990-1992), com o início das privatizações, e acentuada no governo Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2002) quando iniciou uma ampla privatização de vários setores da economia brasileira, adotando a reforma agrária de mercado através da implantação de projetos para o campo, nos quais

¹ O North American Free Trade Agreement (NAFTA), que une Canadá, México e Estados Unidos desde 1994, é uma experiência de integração econômica regional de um acordo bilateral de livre comércio.

destacamos: Projeto Lumiar, Projeto Casulo, Projeto Cédula da Terra, Pronaf e Proceca. Embora cada projeto tenha características diferentes, o que não pretendemos nos debruçar sobre análise de cada um deles, considerando suas especificidades e dimensões políticas, mas em linhas gerais, evidenciamos que todos são políticas públicas agrárias ajustadas ao modelo neoliberal, denominado pelos movimentos sociais populares do campo como programa de reforma agrária de mercado estabelecido entre o governo federal – Estado – e o Banco Mundial – mercado (SAUER; PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2010; FELICIANO, 2006). O quadro abaixo expõe as características dos principais projetos:

Quadro 1: Projetos criados no governo FHC.

Projeto	Período	Finalidade
Lumiar	1997 - 2000	<p>Trata-se de um projeto de apoio ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo de viabilizar os assentamentos tornando-os unidades estruturadas e inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento regional.</p> <p>Desenvolver metodologias e estratégias de ação com foco no desenvolvimento de uma assistência técnica adequada às necessidades dos assentamentos.</p> <p>Introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados.</p> <p>Implantar e gerir sistemas de informações tecnoeconômicas com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados.</p> <p>Construir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos.</p>
Casulo	1997 - 2012	<p>Geração de emprego e renda na periferia dos núcleos urbanos.</p> <p>Aproveitamento de áreas existentes no entorno dos núcleos urbanos.</p>

		<p>Necessidades de integração competitiva da agricultura familiar ao processo de abertura dos mercados.</p> <p>Necessidade de contribuir para o processo de descentralização das ações do poder público, através de parcerias entre prefeituras municipais, instituições governamentais e ONGs.</p> <p>Importância da gestão participativa da assistência técnica e capacitação como fatores determinantes na viabilidade socioeconômica dos projetos.</p>
Célula da Terra	1997 - 2002	<p>Oferecer uma carta de crédito cooperativo de um novo modelo de política fundiária, integrada ao mercado e sem depender do governo em todas as etapas do processo.</p> <p>Criar condições para agricultores sem terra produzirem, através de financiamento para a compra da terra, com prazo de pagamento de 20 anos através do INCRA, que fará convênios com o Banco do Brasil e bancos regionais, como o do Nordeste, que vai operar o programa. A Cédula da Terra poderá ser ampliada para qualquer empreendimento, inclusive, incorporadores privados e organizações não governamentais.</p>
Procera (Programa Crédito Especial para Reforma Agrária)	1986 - 1999	<p>O Procera passou a cumprir suas finalidades, com a destinação de dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e com o aumento da dotação no Orçamento Geral da União. O programa tem como gestores financeiros os bancos Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.</p> <p>Em 1995, foram aplicados R\$ 89 milhões, que beneficiaram cerca de 18 mil famílias assentadas. Em 1996, o volume de recursos cresceu 144%: foram R\$ 213 milhões, que financiaram 42 mil famílias. Para 1997, a verba</p>

		prevista foi R\$ 250 milhões – quase 20% a mais do que no ano passado – com atendimento de 50 mil famílias.
Pronaf - (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	1996 - 2019	<p>Política para o fortalecimento da produção agrícola direcionada às famílias de trabalhadores do campo e para potencializar a agricultura familiar através de pequenos financiamentos aos trabalhadores do campo.</p> <p>Estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio de financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias.</p>

Fonte: INCRA (2018); FELICIANO (2006); PEREIRA (2010).

Observamos que todos os projetos têm como base o financiamento de capitais provenientes do acordo entre o Governo Federal e o Banco Mundial, pois havia duas questões básicas a serem resolvidas: a primeira seria o arrefecimento dos movimentos populares do campo e a desarticulação das pressões sociais camponesas que se tornavam latentes naquele momento histórico, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; o segundo refere-se ao Estado, que precisava garantir a plataforma neoliberal na década de 1990 com ajustes e reformas, uma vez que “era ideal para o Bird testar o seu novo modelo de reforma agrária de mercado, pois havia uma enorme demanda por terra” (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 176). No entanto, essas políticas são apresentadas pela classe dominante de forma ideológica, distorcendo os reais fatores que provocam a desigualdade social, a expropriação e exploração no campo, mas de fato são políticas públicas intencionais de caráter paliativo atendendo às demandas do capital para atenuar as mobilizações do campo.

Constatamos que a dinâmica do modo de produção capitalista através da plataforma neoliberal frente à crise estrutural do capital seria conduzida em vertentes diferentes para consolidar o programa de ajuste estrutural na América Latina. Por um lado, a crise de endividamento dos países periféricos abriu oportunidade ao financiamento para o Banco Mundial atuar como agente financeiro da reestruturação econômica neoliberal, por outro, a valorização de mercado como mecanismo de distribuição de terras, ou seja, as “políticas pró-mercado de terras foi desenhado a partir de limites e pressões estabelecidas de ajuste e contrarreformas estruturais capitaneadas pelo FMI e Banco Mundial” (PEREIRA, 2010, p. 36). Desse modo, compreendemos que a natureza das políticas públicas para o

campo foi determinada pela lógica do capital, bem como, os projetos desenvolvidos pelo governo para fins de reforma agrária na Amazônia. Para corroborar com esse posicionamento, Lustosa (2012) afirma que as mudanças no mundo do trabalho rural apresentam-se como reforma agrária de mercado com ampliação das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois:

Vivemos, portanto, um período em que a agricultura, em seus avanços tecnológicos, cada vez mais se integra à lógica do mercado, numa interconexão estreita com a indústria. As transformações atuais do capitalismo alteram a divisão do trabalho vigente no contexto da grande indústria, tornando obsoleta a separação entre estes dois setores produtivos em busca de recomposição de suas necessidades e possibilidades históricas. Essas mudanças ocorrem em diferentes setores, econômicos, de produção, e no campo social, nas bases técnicas de produção, bem como nos processos de organização nas reformas e no caráter do trabalho os quais são colocados em questão (LUSTOSA, 2012, p. 91-92).

É exatamente a lógica de mercado que se confirma neste momento histórico, ao afirmar que o modelo de reforma agrária é organizado com a crise estrutural do capital, pois “a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107), ou seja, é a transição de um modelo já esgotado, para reorganização do capital em expandir agora com o agronegócio e a agroindústria. Ainda nessa linha de análise, Sauer e Pereira (2006) também apontam para o mesmo caminho ao refletir sobre a reforma agrária de mercado nos países da América Latina e no Brasil, ao considerar que:

O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (BIRD) encontrou, no Brasil, a partir de 1996, as condições ideais para sua implementação, as quais abarcavam desde a orientação de uma coalização de poder interessada em promover uma contrarreforma radial do Estado (diminuindo gastos com políticas sociais e descentralizando responsabilidades) até a necessidade de criar políticas governamentais capazes de conter a pressão social advinda das lutas históricas por acesso à terra (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 173).

Esse modelo acentuou ainda os problemas existentes no campo, como: a concentração latifundiária, a expansão do agronegócio, o aumento dos conflitos rurais, a desigualdade social, o êxodo rural e principalmente a formação de excedente de mão de obra permitindo que o Estado desenvolvesse políticas agrárias governamentais para formação básica, atendendo às demandas do capital, bem como, “a necessidade de um aumento da produção de gêneros alimentícios e com ela a necessidade de adaptação às novas exigências do mercado” (OLIVEIRA, 2007, p. 16). As evidências revelam que o uso da terra, o modo de produção capitalista, a concentração fundiária, as relações de poder, o papel do Estado, a burguesia agrária e a ideologia do capital são fatores que estão

relacionados ao debate da reforma agrária frente às pressões camponesas, sendo necessário impor as reformas no campo para sufocar qualquer embrião de organização e resistência. Desse modo, a luta por uma reforma agrária popular não simboliza apenas a desconstrução da concentração fundiária, mas representa a resistência à natureza do capitalismo agrário com seus diversos polos de poder, a organização política dos movimentos sociais do campo enquanto classe e a construção de um projeto contra-hegemônico de enfrentamento ao capital.

Para corroborar com as afirmações, o impacto social no campo é identificado através dos resultados das políticas agrárias de mercado, pois o problema é revelado e exposto quando apresentamos o número de famílias assentadas na Região Norte e o número de empresas capitalistas instaladas na Amazônia no mesmo período:

Tabela 1: Números de assentamentos rurais entre 1979 a 2016.

Brasil/Região / Estado	Assentamentos Rurais	%	Famílias Assentadas	%	Área (ha)	%
Brasil	9.444	100	1.127.078	100	82.159.838	100
Norte	2.171	23,0	505.056	44,8	61.269.638	74,6
Acre	159	1,7	29.953	2,7	5.227.145	6,4
Amazonas	144	1,5	72.807	6,5	27.363.476	33,3
Amapá	54	0,6	18.898	1,7	2.244.756	2,7
Pará	1.142	12,1	292.896	26,0	20.113.993	24,5
Rondônia	217	2,3	42.250	3,7	3.601.031	4,4
Roraima	67	0,7	22.215	2,0	1.445.927	1,8
Tocantins	388	4,1	26.037	2,3	1.273.311	1,5

Fonte: Relatório DATALUTA (2016); GIRARDI (2017).

O quadro expõe o número de famílias em assentamentos rurais efetivados na Região Norte no período de maior expressão do capitalismo no Brasil, que se dá através da política dos assentamentos rurais, que por sua vez, entra em confronto com a expansão das empresas privadas no interior da Amazônia, contribuindo para disputas de terras, conflitos sociais, formação de mão de obra barata e exploração da força de trabalho no campo. Essa realidade também se repete nos governos do Partido dos Trabalhadores, quando chegam ao poder apresentando um novo projeto nacional em defesa da classe trabalhadora, mas na prática ocorreu o mais do mesmo, com a criação de assentamentos rurais para ocupações de famílias com acesso a financiamento para produção na agricultura familiar, em oposição à instalação de megaempreendimentos na Amazônia. A contradição é identificada ao verificar a expansão das empresas privadas nesse período:

Quadro 2: Números de empresas instaladas na Amazônia entre 1990 a 2010.

Empresa	Área de exploração	Empresa	Área de Exploração
ICOMI	Manganês	VALE	Mineração
AMCEL	Celulose	SAMARCO	Mineração
ENTRERIOS Com.	Mineração	CBMN	Ferro/alumínio
ALCOA	Alumínio	ALUNORTE	Alumínio
BILLITON-SHELL	Mineração	MAGNESITA	Manganês
NIPPON AMAZON	Mineração	VOTORANTIN	Ferro/Níquel
ALCINDO VIEIRA	Mineração	BHP BILLITON	Mineração
STEEL	Ferro/alumínio	BUNGE	Oleaginosos
SHELL BRASIL S/A	Alumínio	CARGILL	Pecuária
TERROX EINUND	Ferro	MRN	Mineração
NIBRASCO	Ferro	USIMINAS	Mineração
ARACRUZCELULOSE	Madeira/Celulose	SADIA/PERD	Carnes
SANTA RITA	Soja	TEGRAN-CGG	Soja
CARGIL	Alimentícios	AMAGGI	Soja

Fonte: Revista Exame (2018); Revista Forbes (2018); OLIVEIRA (1993; 2007).

O quadro expõe a realidade concreta da expansão do capitalismo na Amazônia, que avança em dois sentidos, na isenção de incentivos fiscais para cadeia produtiva sem nenhuma contrapartida e na exploração predatória dos recursos naturais, promovendo a espoliação dos povos tradicionais e a utilização da força de trabalho camponesa por meio dos diferentes empreendimentos, tornando-se cada vez mais avassaladores no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, pois, segundo Oliveira (2007, p. 11) “o processo de reprodução ampliada do capital é uma espécie de acumulação permanente do capital necessário ao seu desenvolvimento”, seja por meio da produção de soja em áreas de florestas e savanas, na extração de minérios, na expansão do agronegócio e principalmente na construção de usinas hidrelétricas para produção de energia. O mapa 1 expõe os grandes empreendimentos na produção de energia elétrica na Amazônia.

Mapa 1: Produção de energia elétrica na Amazônia.



Fonte: Aneel (2018).

Os dados revelam a capacidade de mutação do sistema capitalista na perspectiva neoliberal, onde a Amazônia expõe o cenário propício do monopólio do capitalismo relacionado à exploração dos recursos naturais, materiais e humanos no processo de acumulação flexível do capital (MÉSZÁROS, 2011), funcionando como uma válvula de escape para a crise estrutural do capital por meio da atividade econômica na produção de *commodities*, denominado por Oliveira (2007, p. 21) como “agricultura sob o domínio do capital concorrencial”. O capital cria novas formas de expansão, domínio e distribuição, ou seja, é a capacidade sociometabólica do modo de produção capitalista subsumir formas de extração de mais-valor da relação de produção e de trabalho no meio rural, uma vez que, é por meio da “mercadoria que sai do processo produtivo que contém a mais-valia, pois é na produção que a mais-valia é gerada” (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Portanto, essa contradição do espaço rural amazônico que está permanentemente sob o controle do capital através do Estado e das políticas de reforma agrária, como dizia Ianni (2004a, p. 250), “o problema da reforma agrária é particularmente importante para explicar o modo pelo o qual a questão agrária entra na constituição do Estado brasileiro”, isto é, atender aos interesses do capital. Portanto, o cenário amazônico encontra-se sob constante vigilância, repressão, controle e violência, tornando as relações de trabalho cada vez mais selvagens, destrutivas e alienadas das relações sociais produtivas, pois “as condições da cruel competição e da implacável exploração capitalista, sem qualquer apelo ao ideal ontológico e ético da autoestima humana produtor de bom trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 509). Esse fato tornou-se evidente com a criação de polos industrializados no norte

do país como a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA², em 1967, através da política de isenção fiscal, evidenciando o aumento de capital estrangeiro e a exploração dos trabalhadores urbanos em áreas de industrialização no coração da Amazônia, ou seja, constituiu-se um polo industrializado para atender às demandas da imigração para Amazônia em um país subdesenvolvido, isto é, na periferia do capital (OLIVEIRA, 2007). A essa questão destacamos que:

Situada no coração da Amazônia, Manaus, capital do estado do Amazonas, comporta uma zona franca criada com base nos incentivos fiscais amparados pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. À época, o regime militar, recém-instalado no país, atraiu capital de grandes empresas multinacionais para região. Nesse período, estava sendo gerado o que se convencionou chamar de “milagre econômico”. O processo de industrialização em Manaus deu-se de forma relativamente rápida, com deslocamento não só de capitais, mas também de matérias-primas de fora da região. Com o advento da criação da Zona Franca de Manaus – ZFM e a conseqüente oferta de empregos na indústria, a cidade cresceu desordenadamente. O reflexo de tal situação vem causando sérios impactos regionais, principalmente pela ausência de políticas públicas direcionadas ao atendimento aos novos habitantes, além do total abandono da zona rural desse imenso estado (OLIVEIRA, 2007, p. 48).

Se, por um momento, houve iniciativa da instalação do polo industrial urbano na Amazônia, em outro houve incentivos de instalação de diferentes indústrias em vários Estados da Região Norte, estabelecendo a territorialidade do capital no campo, contribuindo para “instituir uma prática tipicamente capitalista no meio rural” (STÉDILE, 2013, p. 173). Esse cenário chegaria à exaustão, funcionando como uma verdadeira panela de pressão que explodiria a qualquer momento em detrimento da alta concentração de terras, exploração dos trabalhadores rurais, expropriação dos recursos naturais e expansão das fronteiras do capital. Ou seja, o cenário agrário na Amazônia perpassa pela estratégia de ocupação e política de desenvolvimento vinculada ao capital e ao latifúndio, resultando em impactos devastadores para o espaço amazônico, tais como, a explosão dos conflitos de terras em todos os Estados do Norte, fato evidenciado no relatório da Comissão Pastoral da Terra - CPT³ ao afirmar que “o novo marco político da reforma agrária brasileira, cujos reflexos passaram a ser sentidos com a criminalização das ocupações, a exclusão dos assentados e asfixia econômica dos movimentos” (DA TERRA, 2017, p. 7), revelando as tensões e conflitos no campo.

² A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus-ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional.

³ O Relatório da Comissão Pastoral da Terra expõe que houve um crescimento dos conflitos rurais no Brasil desde a década de 1990, chegando a uma queda entre 2008 e 2010, tornando a crescer nos anos posteriores (CPT, 2017).

Não obstante, antes de expor os inúmeros conflitos, destacamos os resultados na disputa pela terra na região, casos como o massacre de Corumbiara-RO, em 1995, Eldorado dos Carajás-PA, em 1996 e de Pau d'Arco em Redenção – PA, em 2018, revelam na prática os reflexos nocivos da política agrária capitalista:

Deparamo-nos com uma continuidade estrutural, a coexistência da modernização com a permanência dos conflitos agrários no Brasil, marcados pelas "mortes anunciadas", pelos assassinatos e pelas chacinas: de 1985 até 1996, ocorreram 33 chacinas na área rural, com 195 mortes (Fonte: CPT), sendo as mais conhecidas, a de Corumbiara, em Rondônia, e a de Eldorado dos Carajás (Pará). A expansão da inovação agropecuária e dos complexos agroindustriais coexiste com a manifestação de "trabalho escravo" e o recurso ao suplício do corpo (SANTOS, 2000, p. 5).

O discurso do capital é camuflado pela modernização do campo, isto é, o processo de ocupação da Amazônia por empresas capitalistas evidenciou na reforma agrária de mercado um terreno fértil para expansão de capitais e ampliação das margens de lucros, fatos que são constatados nos dados sobre os conflitos de terras, revelando um crescimento exponencial dos conflitos agrários no país, conforme expõe o relatório da CPT na Tabela 2:

Tabela 2: Números de conflitos de terras no campo entre 2000 e 2016.

	Conflitos de terras								
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Ocorrências de conflitos	174	495	752	761	459	638	861	793	1079
Ocupações	390	184	496	384	252	180	238	205	194
Acampamentos	00	64	150	67	40	35	35	20	22
Assassinatos	20	43	37	35	27	30	34	36	58
Total de conflitos	564	743	1398	1212	751	853	1067	1018	1295

Fonte: CPT (2017).

O que verificamos exposto na Tabela 2 é o crescimento das ocorrências de conflitos no campo como resultado das políticas agrárias associadas ao capitalismo através da implantação dos projetos de assentamentos na Amazônia e a abertura do capital estrangeiro por meio dos projetos agropecuários financiados pelo próprio Estado, representando um saque dos recursos naturais e ampliação da violência para populações do campo. A esse respeito Oliveira (1993) destaca que:

Os conflitos sociais no campo tendem a aumentar como consequência natural da enorme contradição que existe em nosso país: de um lado, vastas extensões de terras inaproveitadas e apropriadas por latifúndios; de outro, enormes contingentes populacionais de trabalhadores que sabem e

podem trabalhar a terra, mas são impedidos de fazê-lo. (OLIVERIA, 1993, p. 63).

Arioaldo de Oliveira (1993; 2007) corrobora ao afirmar que a expansão dos problemas do campo tem como pano de fundo a apropriação de terras por empresas privadas para ampliação do capital, representando a expansão da grilagem, posse, concentração de terras e formação de latifúndios, tornando a agricultura camponesa sob a égide do domínio do capital monopolista concorrencial (OLIVEIRA, 2007), transformando a região amazônica em espaço de reprodução e expansão incontrolável de acumulação do modo de produção capitalista. A tabela 3 expõe a realidade da concentração latifundiária do país.

Tabela 3: Áreas de Estabelecimentos Rurais 1995 a 2017 no Brasil.

Estrato de área	Áreas dos estabelecimentos rurais (ha = hectares)		
	1995	2006	2017
Total	353.611.246	333.680.037	351.289.816
Menos de 10 ha	7.882.194	7.798.777	7.993.969
De 10 ha a menos de 100 ha	62.693.585	62.893.979	63.810.646
De 100 ha a menos de 1.000 ha	123.541.517	112.844.186	112.257.692
De 1.000 ha e mais	159.493.949	150.143.096	167.227.511

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário (2017).

O avanço do capitalismo tornou-se mais devastador, dificultando ainda mais o debate em torno da reforma agrária, enquanto algumas tentativas de projetos de reforma esboçaram o debate na construção de uma política agrária popular através da ascensão dos movimentos sociais do campo e da organização política. No entanto, o iminente fracasso das políticas agrárias implantadas como o Estatuto da Terra (1964), o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (1985) e os programas para fortalecimento da reforma agrária não atingiram seus reais objetivos, tampouco contribuíram para o surgimento de mobilizações camponesas em todo o país que constituíssem uma frente ampla de resistência ao capital e suas políticas de exclusão, principalmente na década de 1990 com a expansão da plataforma neoliberal, pois:

Esse processo de ocupação em sentido amplo é preciso destacar a luta de interesses econômicos do grande capital estrangeiro na região. Assim, as políticas públicas na Amazônia apresentam duas vertentes fundamentais que precisam ser analisadas criteriosamente quando se discute sobre ocupação, grandes projetos e assentamentos, pois para a autora ocorreram duas frentes: de um lado a implantação de colônias agrícolas para os trabalhadores rurais sem terras e de outro, a implantação de grandes projetos industriais e agropecuários. Com isso fica claro perceber as tensões e os conflitos na região Norte entre latifundiários e trabalhadores

rurais, em que revela a exploração e a expropriação dos recursos da Amazônia utilizando a força de trabalho dos diferentes sujeitos do campo para atender os interesses do capital estrangeiro. (BECKER, 2005, p. 98).

A autora evidencia as contradições das políticas agrárias para Amazônia, onde a expansão do capital por meio de projetos agropecuários se contrapõe à criação de grandes assentamentos rurais e colônias agrícolas com incentivo do Estado para agricultura familiar. O resultado foi a tentativa de desmobilização dos movimentos camponeses de áreas de conflitos e a criação de bolsões de pobreza nas áreas rurais da Amazônia, em virtude das dificuldades de produção nas áreas de floresta. Essa realidade constituiu o ambiente perfeito para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, tendo como resultado três movimentos, acumulação, concentração e centralização. Eis a natureza do modo de produção capitalista, pois:

Para a burguesia brasileira, não precisava fazer reforma agrária para desenvolver o capitalismo, para desenvolver o mercado interno, porque o modelo de capitalismo que se adotou aqui, nessa forma dependente, mas acoplada aos interesses dos monopólios e das multinacionais, foi perfeitamente viabilizado com a estrutura de propriedade concentrada que nós temos, não houve nenhum empecilho nesse sentido. Ao contrário, fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, mecanização e a monocultura.

Primeiro vocês sabem, é a acumulação – o capitalismo permanentemente está acumulando, reinvestindo e aumentando seu próprio negócio (...) **O Segundo movimento do capital, conseqüente desse primeiro, é a concentração.** O capitalista não fica mais satisfeito em acumular dentro da sua própria empresa (...) **O terceiro movimento do capital que aconteceu, que foi levado para o campo, foi o movimento de centralização,** ou seja, o capitalista não se contenta apenas com seu negócio. Além de ter outras propriedades que comprou na fase da concentração, ele começa então a atuar em vários setores, não só na agricultura, mas no comércio, na indústria, no capital financeiro. (STÉDILE, 2013, p. 374-375, grifo nosso).

O posicionamento de Stédile (2013) permite compreender a natureza concreta do capital, uma vez que, para Mészáros (2011) “os determinantes causais do mundo real sigam o seu curso estabelecido, o qual reproduz estruturalmente os mesmos efeitos com gravidade cada vez maior e em escala crescente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 810). Portanto, torna-se cada vez mais necessário a construção do projeto de reforma agrária popular elaborada a partir das bases camponesas, que precisa ser pensado com a participação dos trabalhadores do campo. Mesmo diante do crescimento do número de famílias assentadas entre 1995 a 2002, sendo “464.174 famílias no governo FHC e 425.485 famílias no governo Lula - 2003 a 2010” (GIRARDI, 2017, p.22), aliás, foi o governo FHC que mais promoveu assentamentos rurais, famílias assentadas e desocupações de terras através de decretos institucionais, se concretizou a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais através

do 3º Congresso Nacional do MST em 1995, que tinha como pauta a reforma agrária popular (STÉDILE, 2013). A figura 1 apresenta o número de imóveis rurais desapropriados;

Figura 1: Imóveis rurais desapropriados para reforma agrária entre 1985 a 2013



Fonte: INCRA (2018).

Os dados revelam exatamente a contradição entre o período de crescimento das políticas neoliberais e o aumento do número de desapropriações de imóveis rurais para reforma agrária, pois nesse mesmo período explodiram os conflitos de terras na Amazônia, expondo a realidade concreta do campo e suas contradições reais, conforme destaca Oliveira (2007);

Os conflitos relativos à terra indicam, portanto, que após o crescimento contínuo entre 1993 e 1999 quando se saltou de 361 conflitos para 870, a pequena queda registrada no ano 2000 (556 conflitos) não sinalizava um novo período de queda dos mesmos como havia ocorrido entre 1987 e 1992. Ao contrário, os 681 casos relativos ao ano 2001 e os 743 de 2002, voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já em pleno século XXI. Inclusive, em 2003, eles atingiram 1.099 casos. (OLIVEIRA, 2007, p. 154).

O autor traz à tona as consequências do capital com sua nefasta política agrária, devido ao período que mais houve mobilizações e marcha pela reforma no país e as desapropriações serviram como tentativa de arrefecimento das tensões e conflitos por terras, visto que, é preciso compreender a questão estrutural do campo para pensar uma política agrária, ou seja, “o impossível diálogo sobre a história possível” (MARTINS, 2000, p. 87). Somente em 2003 no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva é implantado o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (2003), tendo como elemento central “um projeto nacional soberano que reside em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2003, p. 11), que, em termos práticos, não garantiu êxito em promover a ruptura da estrutura agrária e do modelo produtivo capitalista, mas ampliou os recursos destinados ao campo

provocando uma série de problemas, entre eles o endividamento dos agricultores familiares, a despolitização da luta de classe, a manutenção da concentração fundiária e os conflitos rurais, isto é, o plano não faz nenhum tipo de enfrentamento ao sistema capitalista, pelo contrário, teve como finalidade a ampliação da produção de *commodities* agrícolas do país ao afirmar que “o cenário de retomada do crescimento econômico é de expansão das exportações agrícolas” (BRASIL, 2003, p. 7).

Mediante a conjuntura histórica da reforma agrária no Brasil apresentamos o problema por meio das políticas públicas agrárias desenvolvidas nos últimos anos que estiveram vinculados aos interesses das elites agrárias e do agronegócio, tais como: o Estatuto da Terra, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola – INDA e o I e II PNRA. Essas políticas agrárias se contrapuseram frente a uma reforma agrária popular, o que conduziu para organização de militâncias camponesas iniciarem reivindicações em prol de políticas agrárias, nos quais destacaram a proposta de reforma agrária alinhada à classe trabalhadora do campo das diferentes organizações, tais como: Partido Comunista Brasileiro – PCB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. As divergências nos ideais dos movimentos sociais na luta pelo projeto de reforma agrária popular limitaram a resistência, em razão de, as políticas públicas representarem mudanças superficiais para a estrutura agrária, pois estão organizadas para atender ao agronegócio e os interesses da burguesia rural. Portanto, o próprio PNRA apresentava duas vertentes, a do governo e a dos movimentos sociais, fatores que gerariam tensões e conflitos.

Não se trata aqui de travar um embate sobre o PNRA e suas contradições, mas perceber que as políticas agrárias estiveram atreladas aos interesses capitalistas, pois de acordo com Mendonça (2010) a proposta de reforma agrária estava envolvendo não apenas latifúndios ou agroindustriais, mas setores liberais, “o movimento dos trabalhadores rurais vinha crescendo acirrando as tensões entre aqueles segmentos que polarizavam o princípio da reforma agrária” (MENDONÇA, 2010, p. 93), prevalecendo os interesses do capital. Nesse sentido, Prado Júnior (2000) também concorda com essa concepção ao legitimar que a grande exploração capitalista é extensa e se configura no centro das atividades rurais brasileiras acentuando a polarização rural, pois:

A distinção exprime a diferenciação de classes em que se divide a população rural: de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizado em função dele o empreendimento que dirigem (...) de outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não participa senão na qualidade de fornecedora ou potencial de mão-de-obra (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 50).

Partindo das considerações postas pelo autor, percebemos as tensões entre aqueles que defendiam uma proposta de reforma agrária voltada para a categoria dos trabalhadores rurais e aqueles que defendiam o latifúndio para o agronegócio. A tese central de Prado Júnior (2000) sobre a definição da questão agrária brasileira é que ela está atrelada a estrutura rural de produção, no qual consolidou o capitalismo agrário, ou seja, o aspecto da questão fundiária e da reforma agrária torna-se um debate insuficiente para iluminar medidas de reformas ou políticas necessárias á superação dessa estrutura, uma vez que, segundo Prado Júnior (2000) a colonização se constituiu na expansão da empresa agromercantil com núcleos de atividades produtivas em dois polos antagônicos, de um lado, os proprietários rurais como determinantes da estrutura econômica, de outro, os trabalhadores rurais subordinados ao mercado da estrutura agrária dos proprietários:

E ela se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Vê-se assim, forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela mesma minoria privilegiada que detém o monopólio virtual da terra (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 32).

À luz de Prado Júnior (2000) é possível compreender de forma concreta o processo de formação da estrutura agrária e suas contradições, visto que, a realização clássica da reforma agrária se daria através da apropriação das terras pela grande massa de trabalhadores excluídos, da mobilização social imediata e da ruptura do modo de produção competitivo agromercantil. Desse modo, a problemática central em questão é: A reforma agrária no Brasil se caracterizou como uma política pública alinhada ao modelo neoliberal para atender ao mercado e ao grande capital ou podemos evidenciar que as políticas públicas agrárias resolveriam os problemas do campo, bem como os conflitos, distribuição de terras, produção agrícola e condições de vida dos trabalhadores? E mais, até que ponto as políticas públicas para o campo seriam capazes de promover mudanças estruturais e articulação dos movimentos sociais populares do campo amplificando a capacidade de mobilização social no enfrentamento ao capitalismo agrário?

Encontrar resposta para o problema da reforma agrária é complexo, porém a concreticidade que se constituiu o modelo agrário neoliberal, em termos práticos, se consolidou no campo através da plataforma de mercado na América Latina e no Brasil. O Estado corroborou em dois aspectos básicos: deixou de garantir as condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores do campo na Amazônia, deixando-os à própria sorte,

servindo de força produtiva para o capital; e incentivou com reduções fiscais a instalação de oligopólios para exploração dos recursos naturais e produção agropecuária sobre os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia, considerando que:

Os primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM datam de 1966, e entre eles destacam-se os projetos da: Cia. de desenvolvimento Sul do Pará CODESPAR, localizada em Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA); Cia. Agropastoril do Araguaia (Fazenda Santa Fé), também localizada no município de Santana do Araguaia; Cia. Agropecuária Nazareth, em Conceição do Araguaia (PA); Agropecuária Suiá-Missu S/A, localizada no antigo distrito de São Felix. Em 1967, aprovados outros projetos: Arrossenal Agropecuária e Industrial S/A, Mutum Agropecuária (MT), Mutum Agropecuária S/A, em diamantino; Cia. Do Desenvolvimento do Araguaia – CODERARA, no município de Luciara (MT), hoje pertencente ao município de Santa Terezinha (MT) e etc. (OLIVEIRA, 1993, p. 68).

Observamos na exposição de Oliveira (1993) a chegada de grandes empresas para o desenvolvimento capitalista na Amazônia, em diferentes áreas de exploração ocorreu de forma intensa e predatória nos mais diversos setores de produção: madeira, pecuária, mineração, indústria e serviços. Assim, nossa afirmativa conclusiva é que o Estado através de políticas públicas de caráter capitalista permitiu o acesso à exploração e expropriação dos recursos naturais por meio de grandes empresas, em contrapartida, o INCRA (2018) promoveu a distribuição e loteamento de terras para trabalhadores rurais em diferentes locais da Amazônia com o discurso de apoio às condições básicas de permanência no campo. O resultado foi a espoliação dos recursos naturais e o domínio da classe trabalhadora, contribuindo para dependência ao capital internacional, evidenciado por Florestan Fernandes através do livro “Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina”, sua tese sobre o capitalismo dependente na América Latina e no Brasil, ou seja, a teoria do capitalismo dependente tem uma relação conjuntural e estrutural com o debate da reforma agrária e das políticas públicas para o campo, explicando o processo histórico da formação do modelo agrário no Brasil sob a égide expansiva do capital nos países periféricos (FERNANDES, 1975).

Os resultados dessa dualidade entre empresas capitalistas com o aval do poder estatal e os trabalhadores rurais que precisam da terra para sobrevivência, tem como consequência, exploração, mão de obra excedente, altos índices de desigualdade, conflitos e criminalização dos movimentos sociais. Esse resultado é responsável pela formação desordenada de cinturões de miséria nas áreas de assentamentos rurais e nas grandes capitais, tendo em vista que, as dificuldades vivenciadas no espaço rural têm conduzido os trabalhadores do campo para os grandes centros urbanos. As riquezas da Amazônia e a produção capitalista apresentam um cenário perfeito, principalmente a política neoliberal

como estratégia estatal e os organismos internacionais através das políticas agrárias, uma ferramenta de enfraquecimento da luta política do campo, contribuindo para materialização do capitalismo agrário (OLIVEIRA, 2007).

Na égide desses acontecimentos, a reforma agrária precisa ser organizada na luta dos movimentos sociais do campo frente ao grande capital, criando estratégias de enfrentamento a sua reprodução e perpetuação da exploração, acumulação e dominação no espaço rural, pois:

O modelo de produção do campo consiste em perpetuar e manter as estruturas existentes das velhas oligarquias rurais, os interesses dos grandes latifundiários e as políticas públicas agrárias direcionadas aos interesses do capital garantindo o *status quo* da sociedade (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 225).

A afirmativa de Prado Júnior (2000) mostra que a lógica do capital caminha de encontro às necessidades básicas do campo, tais como: assistência social, saúde, educação, incentivo à produção rural, regularização de terras, transporte para produção, manutenção de estradas vicinais e distribuição de terras, uma vez que, somente a conscientização da classe trabalhadora por meio da ação política revolucionária é capaz de combater as estruturas agrárias capitalistas, promovendo uma sociedade coletiva, justa e igualitária *no e do* campo. A esse respeito, Harvey (2011) aborda a possibilidade de superação da lógica do capital, pois:

Uma política revolucionária capaz de enfrentar o problema do interminável acúmulo do capital composto, e finalmente desligá-lo como principal motor da história humana, requer uma compreensão sofisticada de como ocorre a mudança social. O fracasso dos esforços passados para construir um socialismo e um comunismo duradouros tem de ser evitado e lições dessa história extremamente complicada devem ser aprendidas. No entanto, a absoluta necessidade de um movimento revolucionário anticapitalista corrente também deve ser reconhecida. O objetivo fundamental desse movimento é assumir o comando social sobre a produção e distribuição do excedente (HARVEY, 2011, p. 185).

Assim, evidenciamos que a superação da lógica do capital no campo representa um grande desafio, uma vez que, a sociedade brasileira foi forjada nas origens agrárias dos grilhões do capital e, para sua libertação, é necessária à formação política revolucionária e a formação para emancipação humana anticapitalista, compreendendo que a sociedade capitalista se reproduz pela dominação, exploração, alienação, controle social, acumulação e produção de excedente.

Considerações finais

O posicionamento de Ianni (2004a), (2004b), Prado Júnior (2000), Martins (2000) e Oliveira (2007) tem uma grande relevância social na literatura agrária, seja nacional ou internacional, constituindo um arcabouço teórico do marxismo e do materialismo histórico dialético imprescindível para apropriação da natureza do capitalismo no campo, e, portanto a análise que os respectivos autores construíram sobre as origens agrárias no tecido social brasileiro representa a concreticidade do real, revela a nudez do capital com suas diferentes formas de exploração, dominação e ideologização. Desse modo, consideramos que a constituição das políticas agrárias na Amazônia brasileira esteve, na sua totalidade, alinhada ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas no viés neoliberal, cuja finalidade é a manutenção da estrutura do capitalismo agrário, pois o capital se desenvolve extensivo e intensivamente sem fronteiras.

Consideramos que a tese sustentada sobre a lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira se afirma em dois pontos: o primeiro refere-se à análise de Ianni (2004), Prado Júnior (2000), Martins (2000) e Oliveira (2007) sobre o processo histórico que constituiu a estrutura da sociedade rural na base do capital e suas contradições, o grande latifúndio e o trabalhador sem terra. O segundo refere-se aos dados secundários coletados a partir de órgãos institucionais, bem como, o INCRA (2018), o Censo Agropecuário (2017) e a CPT (2017), que revelam a realidade concreta dos problemas nos assentamentos rurais de reforma agrária, a concentração de terras, o aumento dos conflitos no campo e o crescimento de grandes empreendimentos privados na Amazônia.

Assim, constatamos que a Amazônia brasileira, cada vez mais, vem sendo saqueada, expropriada e destruída, não somente seus recursos naturais, mas também os povos tradicionais e a classe camponesa, pois a única lógica do capital é a acumulação e lucro, dado que, as políticas públicas para reforma agrária funcionam basicamente em duas perspectivas: a primeira é a reprodução e manutenção do modo de produção capitalista com seus tentáculos incessantes por mais acumulação, concentração e centralização, pois esta é sua própria natureza. A segunda refere-se à cooptação dos movimentos sociais populares do campo e sua manipulação pela lógica do capitalismo agrário, ou seja, integrar o campesinato ao mercado, transformando-o em um pequeno empreendedor rural.

Essa correlação de forças de classes sociais antagônicas exige com urgência repensar a organização do movimento camponês e a luta de classe como motor da transformação social e enfrentamento às elites agrárias, revelando o confronto entre capital e trabalho, liberdade e opressão, principalmente na resistência à estrutura e supraestrutura, ou seja, é preciso a organização enquanto classe e uma política revolucionária capaz de

enfrentar o problema do acúmulo do capital, possibilitando a ruptura do modelo rural por meio de um projeto de reforma agrária popular.

Referências

BECKER, Berta K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. São Paulo: Editora Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA**. Brasília – DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e qualidade de vida no Meio Rural**. Brasília – DF: MDA, 2003.

DA TERRA, Comissão Pastoral. **Conflitos no Campo – BRASIL 2003**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GIRARDI, E. P. (Coord.). **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente: NERA, 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma Agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARX K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos Humanos, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital; 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, exploração e conflitos**. 3. ed. São Paulo: Editora Papirus, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Selma S. B. de. **A Periferia do Capital: na cadeia produtiva de eletrodomésticos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas**. São Paulo: Hucitec, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, J.V.T. dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá: Colômbia, 2000.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes, (Org.). **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Sobre os autores

Osmiriz Lima Feitosa – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduação em História pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Mestrado em Educação pela Universidade de Alcalá (Espanha). Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4930-9370>

Selma Suely Baçal de Oliveira – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6765-4568>

Como citar este artigo

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Osmiriz Lima Feitosa** e **Selma Suely Baçal de Oliveira**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Osmiriz Lima Feitosa** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Selma Suely Baçal de Oliveira**,

pela aquisição de dados, sua interpretação, análise e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 04 de setembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 08 de julho de 2020.

Aceito para a publicação em 04 de agosto de 2020.
